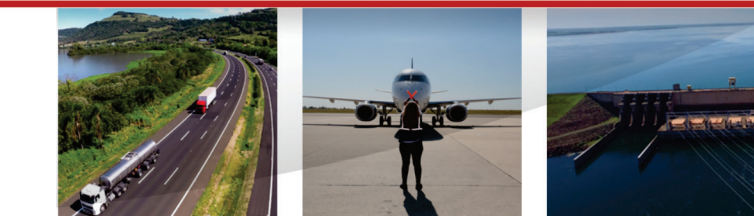




TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

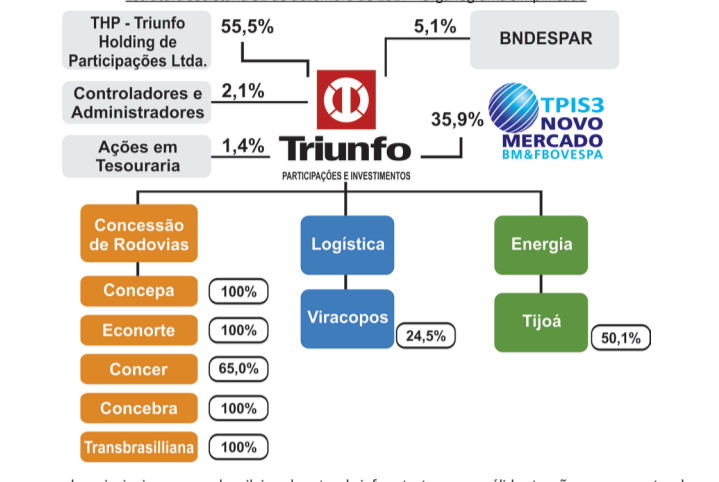
CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

1. Aos acionistas:
 É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”) relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis vigentes, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. **1.1 Perspectivas.** O ano de 2017 foi marcado por um grande processo de reestruturação da Companhia. Com o objetivo de adequar sua estrutura de capital e fluxo financeiro e manter a excelência dos serviços prestados, anunciamos no início do ano a destinação de alguns ativos à venda, sendo eles: Aeroportos Brasil S.A., Portonave, Tijoá e CSE. Juntamente aos assessores financeiros e jurídicos, adotamos importantes medidas: (i) reestruturação e aprovação de dois planos de recuperação extrajudicial, sendo um para a *holding* e alguns de suas subsidiárias (NTL, Vessel, Maestra e Dable) e o outro para Concer; (ii) solicitação de habilitação do empreendimento Viracopos para futura relicitação, realizando a baixa contábil do ativo no 2717; e (iii) alienação da Portonave. Após o encerramento do ano, em fevereiro de 2018, foram homologados nossos planos de recuperação extrajudicial citados no item (i) acima. Conforme divulgamos, as homologações confirmam que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que os créditos abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos planos. Com as medidas adotadas no ano de 2017 e com as decisões a serem tomadas para cada um de nossos ativos no ano de 2018, buscamos posicionamento e fortalecimento para retomar o ciclo de crescimento com foco em uma estrutura de capital sólida, equilíbrio financeiro e prestação de serviços com excelência.

2. Perfil Corporativo



Somos uma das principais empresas brasileiras do setor de infraestrutura, com sólida atuação nos segmentos de concessão de rodovias, aeroporto e de energia. Em comum a todos nossos negócios está a administração de serviços públicos por meio de concessões. Estamos listados desde 2007 no segmento Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa da B3. Focamos nosso trabalho na busca por negócios gerados pelo avanço e pelo aprimoramento da infraestrutura nacional, desde que observado o adequado retorno financeiro aos acionistas. No segmento de concessões rodoviárias, somos responsáveis por administrar cinco concessões no sul, sudeste e centro-oeste do país, que totalizam mais de 5 km de rodovias: Concer, Concepa, Econorte e Transbrasiliana. Em 2012, entramos no segmento de administração aeroportuária através do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, São Paulo. No segmento de energia, a Tijoá assinou em 2014 o contrato de concessão e passou a ser responsável pela operação e manutenção de Usina de Três Irmãos, localizada no Rio Tietê, altura de Andradina, São Paulo. Até outubro de 2017, atuávamos no segmento de administração portuária, quando concluímos a alienação de participação na Portonave.

Consolidação das Controladas 2017*

Empresa	Participação	Sociedade	Tipo de Consolidação
Concessões Rodoviárias			
Concer	64,98%	Controlada	Consolidação de 100%
Concepa	100,00%	Controlada	Consolidação de 100%
Econorte	100,00%	Controlada	Consolidação de 100%
Transbrasiliana	100,00%	Controlada	Consolidação de 100%
Concebra	100,00%	Controlada	Consolidação de 100%
Prestação de Serviços Rodoviários			
Rio Guaíba	100,00%	Controlada	Consolidação de 100%
Rio Tibagi	100,00%	Controlada	Consolidação de 100%
Geração/Comercialização/Operação e Manutenção de Energia			
Tijoá	50,1%	Controlada em Conjunto	Não é consolidado

* Em 2017, concluímos a alienação da Triunfo e a Tijoá a baixa contábil do Aeroporto de Viracopos. Tais ativos não eram consolidados em 2016, pois a Triunfo não detinha o controle dos mesmos.
Junho: ANTT autorizou a extensão do prazo de concessão da Concepa (BR-290 e da BR-116 - no RS) por mais de 12 meses – até julho de 2018; **Julho:** estruturamos e aprovamos dois planos de recuperação extrajudicial, um envolvendo a *holding* e alguns de suas subsidiárias (NTL, Vessel, Maestra e Dable), enquanto o outro foi direcionado para as dívidas da Concepa. Tais planos foram homologados em fevereiro/18; **Outubro:** conclusão da venda de 100% da participação da Triunfo na Portonave. O valor referente à parcela de fechamento da aquisição da participação foi de R\$1,3 bilhão, com posterior *earnout* no total de R\$121 milhões, já contabilizados. Deste montante, já foram recebidos R\$31,6 milhões em fevereiro de 2018, referentes ao primeiro ajuste de preço alienação, e o saldo residual de R\$89,7 milhões será recebido durante o ano de 2018. **Dezembro:** contrato firmado para aquisição do Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda. (CTVIAs), prestadora na área de diagnóstico e avaliação de pavimento asfáltico e de sinalização vertical e horizontal, por R\$13,0 milhões.

4. Desempenho Operacional

Dados Operacionais 2017				
Veículos Equivalentes Pagantes	2017	2016	Var%	
Concer (mil)	22.944	23.753	-3,4%	
Concepa (mil)	38.376	36.192	6,0%	
Econorte (mil)	12.647	13.286	-4,8%	
Transbrasiliana (mil)	23.279	24.014	-3,1%	
Concebra (mil)	83.956	83.588	0,4%	
Trafégo Equivalente Total (mil)	181.201	180.834	0,2%	

Em nossas rodovias passamos, em 2017, 181,2 milhões de veículos equivalentes pagantes, leve crescimento em relação ao ano anterior, com destaque para o crescimento do tráfego na Concepa, resultado das menores tarifas praticadas por conta da fim das obrigações de investimentos previstas na extensão do contrato de concessão. Em paridade, a maior queda foi observada na Econorte, impactada pelo crescimento de solicitações de isenção de par-

gamento de pedágio na praça de Jacarezinho. No segmento portuário, é importante destacar que, em 2017, as movimentações são consideradas até o dia 26 outubro, quando foi concluída a alienação da Portonave pela Companhia.

Movimentação de Contêineres (TEUs)	2017	2016	Var%
Portonave	761.643	910.870	-16,4%

5. Desempenho Econômico-Financeiro				
Demonstrações Financeiras				
(R\$ mil)	2017	2016	Reapresentado	Var. %
Receita Operacional Bruta (ROB)	1.606.532	1.659.512	-3,2%	
Arrecadação de Pedágio	1.290.580	1.270.290	1,6%	
Contorno de Ativos	282.540	370.821	-23,8%	
Outras Receitas	33.412	18.401	81,6%	
Deuções da Receita Bruta	(113.791)	(112.281)	1,3%	
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.492.741	1.547.231	-3,5%	
Custos Operacionais	(1.028.166)	(1.014.615)	1,3%	
Operação e Manutenção das Rodovias	(231.369)	(188.520)	22,7%	
Custo de Manutenção - IAS 37	(53.213)	(42.394)	25,5%	
Custo de Construção	(278.164)	(340.271)	-18,3%	
Custo com Pessoal	(97.860)	(94.761)	3,3%	
Depreciação e Amortização	(320.670)	(303.317)	5,7%	
Obrigações da Concessão	(46.890)	(45.352)	3,4%	
Lucro Bruto	464.575	532.616	-12,8%	
Despesas Operacionais	(172.826)	(166.596)	3,8%	
Despesas Gerais e Administrativas	(126.696)	(87.104)	45,5%	
Remuneração dos Administradores	(25.023)	(27.947)	-10,5%	
Despesas com Pessoal	(49.028)	(50.672)	-3,2%	
Depreciação e Amortização	(16.651)	(17.542)	-5,1%	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	199.572	16.943	1077,9%	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(276)	(276)	0,0%	
Resultado antes do Resultado Financeiro	446.749	366.018	22,1%	
Resultado Financeiro	(678.873)	(577.692)	17,5%	
Receitas Financeiras	40.382	48.580	-16,9%	
Despesas Financeiras	(694.764)	(626.272)	10,9%	
Variação Cambial	(24.455)	-	n/c	
Resultado antes dos Impostos	(232.088)	(211.674)	9,6%	
Impostos Sobre Lucro	219.873	34.697	533,7%	
Impostos Correntes	(50.916)	(42.294)	20,4%	
Impostos Diferidos	270.789	76.991	251,7%	
Operações Descontinuadas	(4.661)	(157.674)	-97,0%	
Participação de Acionistas Não Controladores	10.240	16.043	-36,2%	
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(6.636)	(318.608)	-97,9%	
Lucro Base de Dividendos	(6.636)	(318.608)	-97,9%	
(R\$ mil)	2017	2016	Var. %	
Parcela (Prejuízo) do Exercício	(6.636)	(318.608)	-97,9%	
Parcela referente da reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial	276.787	43.542	535,7%	
Constituição da reserva legal (5%)	-	-	n/c	
Lucro base de dividendos	270.151	(275.066)	-198,2%	

a) Receita Operacional. A receita operacional bruta consolidada apresentou queda de 3,2% no ano, de R\$1.659,5 milhões para R\$1.606,5 milhões, impactada principalmente pela redução na receita de construção de ativos. Tal efeito foi parcialmente compensado pela maior arrecadação de pedágio, impulsionada pelas tarifas reajustadas no decorrer do ano de 2017. A variação na receita operacional líquida seguiu a mesma tendência, com queda de 3,5%, para R\$1.492,7 milhões.
b) Custos Operacionais. Os principais itens que compõem nossos custos operacionais são: (i) operação e manutenção das rodovias; (ii) custo de construção das concessões; (iii) custos com pessoal; (iv) depreciação e amortização; e (v) obrigações da concessão. Os custos operacionais totalizaram R\$1.028,2 milhões, 1,3% acima do observado em 2016 (R\$1.014,6 milhões), com impacto dos maiores custos com manutenção de pavimento da Concebra, parcialmente compensados pelo menor custo de construção no período. O efeito caixa (excluindo custos de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização) representou um aumento de 14,4%. **c) Despesas Operacionais.** As despesas operacionais são representadas pelas despesas de natureza operacional e de consultoria, por gastos com pessoal, remuneração da administração, além de outras receitas, despesas extraordinárias, depreciação e amortização. Em 2017, as despesas operacionais atingiram R\$17,8 milhões, queda de 89,3% em relação aos R\$166,6 milhões observados em 2016. Apesar do aumento de 45,5% nas despesas gerais e administrativas, por conta dos maiores gastos realizados com consultorias, a linha de outras receitas operacionais totalizou R\$199,6 milhões, beneficiada pelo ganho na alienação da Portonave e parcialmente impactada pela baixa de alguns ativos, como o aeroporto de Viracopos. **d) Resultado Financeiro.** O resultado financeiro está representado pelos juros, correções monetárias, remunerações pagas aos credores da Companhia, ajustadas pelas receitas financeiras e ajustes a valor justo. Em 2017, o resultado financeiro consolidado foi negativo em R\$678,8 milhões, 17,5% superior ao observado em 2016, devido a: (i) despesas relacionadas à Primeira Emissão de Debêntures conversíveis em ações de colocação privada da controlada Vênus Participações e Investimentos S.A., posteriormente liquidada em outubro 2017; (ii) maior variação monetária das operações financeiras atreladas a CDI, IPCA e TLP; (iii) renovações de dívidas de curto prazo; e (iv) multa e juros em algumas de suas concessionárias. **e) Prejuízo Líquido do Exercício.** Em razão dos fatos apresentados anteriormente, registramos um prejuízo líquido no valor de R\$6,6 milhões em 2017. Contudo, devido à realização da reserva de reavaliação no montante de R\$276,8 milhões, impulsionada pelo efeito da venda da Portonave, o lucro base de dividendos foi de R\$270,2 milhões. **f) Perfil da Dívida e Endividamento.** Em 31 de dezembro de 2017, apresentamos endividamento bruto de R\$2.263,5 milhões, queda de 24,3% em relação a dezembro de 2016, principalmente por conta do pagamento antecipado das debêntures da Vênus (R\$762,1 milhões). A dívida líquida foi reduzida em 35,6%, para R\$1.862,3 milhões, devido ao aumento das disponibilidades pela alienação da Portonave. O endividamento da Companhia detalhado está disponível nas Demonstrações Financeiras, nas notas explicativas 19. Empreéstimos e Financiamentos, 20. Debêntures e 21. Notas Promissórias.

6. Recursos Humanos

Temos no capital humano um fator fundamental à execução de nossa estratégia empresarial. Por isso, a Política de Gestão de Pessoas tem a função de balizar as relações de trabalho em todas as empresas Triunfo, oferecendo condições de trabalho dignas, ambiente atrativo, igualdade de oportunidades, conduta ética e transparente, desenvolvimento de competências, remuneração justa e competitiva, saúde e segurança do trabalho e liberdade de associação e negociações coletivas. A qualificação, o desempenho e a segurança de seus profissionais são requisitos essenciais para que possamos oferecer serviços de excelência, sendo que ao longo de 2017 foram realizadas 78,8 mil horas de treinamentos. Proporcionar aos colaboradores um ambiente de trabalho saudável, além de assegurar a eles a possibilidade de desenvolver competências, são premissas permanentemente presentes em nossas atividades. Em 2017, as empresas da Triunfo empregaram 4.357 pessoas, número cerca de 20% inferior ao registrado no ano anterior - a diferença se deve, especialmente, à venda da Portonave.

7. Sustentabilidade

Por meio da Política Triunfo de Sustentabilidade, nos comprometemos a conduzir de forma responsável as interações com

o meio ambiente e com a sociedade, buscando minimizar o impacto das operações e contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde nossas operações estão inseridas. As diretrizes da Política norteam a atuação corporativa a partir de cinco eixos: ética e integridade; satisfação de usuários e clientes; inovação; valorização de profissionais; conservação ambiental; engajamento comunitário; e gestão responsável. Para identificar alinhamentos à Política, constituímos o Comitê Triunfo de Sustentabilidade, composto por profissionais que representam diferentes áreas e negócios, além de um Conselheiro Independente, representante dos acionistas minoritários. Entre as atribuições do Comitê, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, está a atuação no planejamento e na proposição de ações nas dimensões econômica, ambiental e social. Especialmente em identificar os impactos de nossas atividades, bem como com a transparência de nossas ações, estamos realizando o terceiro inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, verificado por terceira parte independente, com dados referentes ao ano de 2017. Os principais indicadores do Inventário serão agregados ao Relatório de Sustentabilidade 2017, elaborado conforme as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)* e que deverá ser publicado no primeiro semestre de 2018.

8. Investimentos

Conforme mencionado, implementamos em 2017 um plano de alienação de ativos. Dentre os investimentos que detemos participação, destacamos os ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, os quais foram destinados à venda. Alienação de ativos corporativa foi concluída em outubro de 2017 e a controlada em conjunto Aeroportos Brasil foi baixada para perda em 30 de julho de 2017, após o protocolo de intenção para relicitação do ativo. Ainda como parte do plano de reestruturação financeira, em junho de 2017 a nossa Administração decidiu encerrar as atividades e extinguiu as sociedades Maestra, NTL e Vessel. Em 22 de agosto de 2017, as referidas empresas foram exaradas e portanto os saldos referentes a essas investidas foram baixados e/ou realizados. Em 31 de dezembro de 2017, os investimentos realizados em controladas eram:

Investimento	Participação %	Investimentos
Econorte	100%	72.654
Rio Tibagi	100%	3.867
Rio Guaíba	100%	13.257
Concer (i)	64,98%	242.785
Rio Bonito	62,50%	7.723
Concebra	100%	329.007
Convale	100%	360
TPI-Log (iv)	100%	110.342
Trevally	100%	196.229
Dable (ii)	100%	1.233
ATIT (i)	64,00%	139
Santa Cruz	100%	20.792
Terlip	100%	2.375
Taboca	100%	4.263
Tucano	100%	8.892
Guarirobo	100%	2.674
Estrela	100%	2.755
Mercurio	100%	1
Minerva	100%	1
Actuna	100%	1
CT Vias (v)	100%	13.000
Total Investimentos	100%	1.033.976
Junto (iii)	100%	(15.022)
Rio Paraíba	100%	(311)
Ecovale (i)	52,5%	(48)
Concepa	100%	(257.837)
Rio Claro	100%	(1.986)
Vênus	100%	(14.151)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	100%	(289.355)
Total Investimentos Líquido	100%	744.621

9. Governança Corporativa

Como empresa participante do Novo Mercado da B3, acreditamos que a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio. Nossa estrutura é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da Companhia. É responsável, também, pela supervisão da gestão da Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é formado por oito membros, sendo dois deles independentes, indicados pelos acionistas minoritários. A Diretoria Executiva é responsável pela gestão e execução do negócio, direcionada pelas deliberações do Conselho de Administração. Os diretores têm responsabilidades pessoais e são nomeados pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos. A nossa Diretoria Executiva encerrou 2017 composta por quatro membros. O Conselho Fiscal da Triunfo foi instituído em 2010 em caráter não permanente, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral. É constituído por três membros efetivos, que têm como principal responsabilidade fiscalizar os atos dos Administradores e analisar as Demonstrações Financeiras, relatando suas observações aos acionistas. A posse dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal está condicionada à prior subscção do Termo de Anuência dos Administradores, em dezembro de 2016, em conformidade com o estatuto da Companhia dependente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. aplica procedimentos de prestação de contas aos acionistas e investidores. Em consonância com as boas práticas de Governança Corporativa e conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381/03, informamos que os Auditores Independentes não prestaram qualquer outro tipo de serviço além dos relacionados à auditoria. Os honorários relativos ao exercício de 2017 para as empresas do grupo totalizaram R\$1.942 mil.

10. Mercado de Capitais

Mesmo o IPO em 2007 aderimos ao Novo Mercado, o mais elevado padrão de Governança Corporativa da B3. As ações da Triunfo foram negociadas em 2017 no mercado de capitais da B3 sob o código TPIS3 e encerraram o ano de 2017 cotadas a R\$13,31, com volume financeiro médio diário de negociação de R\$4,4 milhões, ou 1,2 milhão de ações. O total de ações oferecidas é de 176 milhões e nosso valor de mercado no encerramento de 2017 era de R\$591,4 milhões.

11. Dividendos

Nosso Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, apurado nas demonstrações financeiras. A declaração anual de dividendos exige a aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das nossas ações e depende de diversos fatores como os resultados operacionais, condição financeira das subsidiárias da Companhia, perspectivas futuras, dentre outros. Em dezembro de 2016, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a suspensão do pagamento naquele exercício dos dividendos que haviam sido declarados na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2016, no montante de R\$40 milhões, tendo em vista a modificação substancial da nossa situação financeira desde a data de sua aprovação. O valor dos referidos dividendos foi atualizado a partir do dia 1º de janeiro de 2017 pela variação do CDI acrescido de 4% ao ano, a título de remuneração pela postergação do seu pagamento, que foi realizado em 23 de fevereiro de 2018 no valor total de R\$46,4 milhões. (R\$45,7 milhões em 31 de dezembro de 2017). No ano de 2016, apresentamos prejuízo líquido e, portanto, não houve proposta de pagamento de dividendos. Ao final de 2017 o saldo de dividendos a pagar era de R\$113,3 milhões, composto por, além do montante acima citado, R\$67,5 milhões referentes ao valor de dividendos mínimos obrigatórios do exercício. Contudo, iremos propor à Assembleia Geral Ordinária a deliberação quanto a distribuição de valor inferior ao mínimo obrigatório, conforme previsto na legislação societária.

12. Relações com Investidores

Acionistas, investidores e analistas de mercado têm à disposição informações no site www.triunfo.com.br. Além disso, o contato pode ser estabelecido através do e-mail ir@triunfo.com.br, pelo fone +55 11 2169-3999, ou através do aplicativo de relações com investidores da Companhia. Acreditamos que uma comunicação transparente dos resultados é fundamental para que a comunidade financeira seja capaz de realizar uma análise correta de nossos ativos.

13. Agradecimentos

Aproveitamos para agradecer nossos acionistas, usuários, prestadores de serviços e, em especial aos nossos profissionais, que tanto ajudam em nosso crescimento, por mais um ano de trabalho dedicado à Companhia.

São Paulo, 15 de março de 2018. A Administração

Balancos patrimoniais 31/12/2017 e 2016

Nota explicativa	Balancos patrimoniais 31/12/2017 e 2016				
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.782	350	376.131	69.781
Caixa restrito	7	-	-	3.983	-
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	-	25.105	28.163
Contas a receber	9	123.173	-	194.577	17.372
Contas a receber – contratos de concessão	10	-	-	20.164	38.012
Adiantamento a fornecedores	11	54	341	4.090	6.999
Impostos a recuperar	11	2.913	2.709	8.899	21.797
Contas a receber – partes relacionadas	13	950	21.246	-	30.140
Outros créditos	23	117	-	7.342	6.701
Participações a comercializar e operações descontinuadas	14	19.559	773.116	19.559	794.238
Total do ativo circulante		150.454	797.879	659.850	1.067.203
Não circulante					
Aplicações a longo prazo:					
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	-	35	6.712
Créditos tributários diferidos	12	-	12.415	-	12.464
Créditos tributários diferidos	9	-	-	153.218	130.491
Contas a receber – partes relacionadas	13	655.773	263.673	2.603	23.897
Depósitos judiciais	13	-	-	13.289	5.655
Impostos a recuperar					

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31/12/2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. Contexto operacional
A TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo" ou "Companhia"), constituída em 11 de janeiro de 1999, por meio de uma participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob o sigla "TPIS3".
As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumarizadas na Nota Explicativa nº 2.3.

2. Base de preparação e princípios políticos contábeis
A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das demonstrações financeiras em 15 de março de 2018. As práticas contábeis relevantes estão descritas nas notas explicativas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.
2.1. Declaração de conformidade.
As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicadas de acordo com a legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.
2.2. Base de elaboração.
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

Table with 4 columns: Participação (%), 31/12/17, 31/12/16, Direta, Indireta, Direta, Indireta. Rows include companies like Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A., Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda, etc.

2.3. Bases de consolidação.
As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e o resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial. O exercício social e as demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A seguir estão apresentadas as participações nas controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:
Controladas

Table with 4 columns: Participação (%), 31/12/17, 31/12/16, Direta, Indireta, Direta, Indireta. Rows include companies like Companhia Concessionária de Rodovias do Norte S.A., Rio Paraíba Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda, etc.

2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira.
As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.
2.5. Princípios políticos contábeis.
2.5.1. Instrumentos financeiros.
A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:
(i) Ativos financeiros.
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.
Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para serem classificados em outras categorias. São aplicados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não há saldo de ativos financeiros.

2.5.2. Ativos a valor presente de ativos e passivos.
O ajuste a valor presente, para ativos e passivos monetários, é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. As taxas de juros implícitas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer o valor em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas de ativos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.
Os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, contratos de mútuo ou outros contratos com partes relacionadas e outras obrigações de longo e de curto prazo referem-se substancialmente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo apresentados pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações financeiras.

2.6. Apresentação de saldos comparativos.
Devido ao encerramento das investidas Maestra, NTL e Vessel em agosto de 2017, os resultados dessas companhias até o momento da extinção foi classificado como resultado de operações descontinuadas. Para fins de comparabilidade, conforme exigido pelo CPC 31 (IFRS 5), o resultado exercício de 2016 está sendo reapresentado com os mesmos critérios de classificação, e não mais com a consolidação das referidas investidas.

Table with 4 columns: DRE Consolidada - 31/12/2016, Originalmente divulgado, Ajustes Representado, Reapresentado. Rows include Receita operacional líquida, Custos dos serviços prestados, Lucro bruto, etc.

Table with 4 columns: DFC Consolidada - 31/12/2016, Originalmente divulgado, Ajustes Representado, Reapresentado. Rows include Prejuízo líquido do exercício, Ajustes para conciliar o resultado, Resultado de operações descontinuadas, etc.

Table with 4 columns: DVA Consolidada - 31/12/2016, Originalmente divulgado, Ajustes Representado, Reapresentado. Rows include Receitas, Insumos adquiridos de terceiros, Valor adicionado bruto, Retenções, etc.

3. Normas, alterações e interpretações de normas
Essas alterações a seguir novas normas e alterações que foram emitidas, mas não estavam em vigor:
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48) (vigência a partir de 01 de janeiro de 2018)
OIFRS 9 - Financial Instruments foi emitido pelo IASB em 12 de novembro de 2009, com última alteração em 12 de setembro de 2016. Em 04 de novembro de 2016 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o termo de aprovação recomendando a aprovação do CPC 48 - Instrumentos financeiros, norma equivalente ao IFRS 9, pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 22 de dezembro de 2016, através da Deliberação CVM nº 763/2016, a CVM aprovou e tornou obrigatório a aplicação do pronunciamento. A nova norma está em vigor desde 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada, embora facultada pela IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.
OIFRS 16 - Leasing (CPC 46) (vigência a partir de 01 de janeiro de 2019)
Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior e o CPC 03 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação.
As principais alterações apresentadas pela nova norma são (i) classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável de ativo financeiro e (iii) contabilização de hedge.
A Companhia realizou uma avaliação do CPC 48 e de seus impactos em cada uma de seus instrumentos financeiros, a qual foi concluída ao final de 2017. O resultado deste estudo está apresentado a seguir:
Classificação e mensuração
A Administração da Companhia não identificou alterações na classificação de seus instrumentos financeiros, especialmente dos ativos e, desta forma, não espera impacto na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da nova norma.
Redução ao valor recuperável
O CPC 48 exige que se registrem perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros a receber, tais como empréstimos e contas a receber de clientes. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas em todos os seus ativos financeiros a receber. No entanto, não são esperados ajustes relevantes, tendo em vista que o contas a receber é formado basicamente por valores a receber de empresas operadoras de pedágio, cujo histórico de perdas é praticamente nulo e não apresentam, na data da elaboração da presente demonstração financeira. A Companhia ficará atenta aos indicadores de risco (tal como um evento de solicitação de recuperação judicial, etc.) que levavam a Companhia a constituir uma provisão para perdas. Esses modelos de riscos estão sendo aperfeiçoados pela Companhia para aprimorar o acompanhamento de riscos futuros a fim de identificar antecipadamente eventuais eventos de risco e a consequente redução de ajuste de provisões.
Contabilização de hedge
As relações de hedge designadas como hedge eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de hedge de acordo com o CPC 48. Uma vez que a nova norma não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza hedge efetivo, a aplicação dos requisitos de hedge da nova norma não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.
Apresentação e divulgação
Na avaliação da Companhia as divulgações sobre gestão de risco relacionadas às aplicações financeiras e contas a receber deverão ser complementadas, incluindo, entre outras, a política de monitoramento dos fatores de mercado que possam gerar riscos de crédito à sua carteira.
Adenos emitidos pelo IASB
Em 12 de outubro de 2017 o IASB emitiu um adendo ao IFRS 9, referente ao pré-pagamento com compensação negativa. As alterações deste adendo devem ser aplicadas retrospectivamente para os exercícios fiscais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não identificou impactos relevantes sobre essa alteração.

Table with 4 columns: Consolidado, 31/12/17, 31/12/16, 31/12/17, 31/12/16. Rows include Caixa restrito, Caixa restrito, etc.

Table with 4 columns: Consolidado, 31/12/17, 31/12/16, 31/12/17, 31/12/16. Rows include Disponibilidades, Aplicações financeiras, etc.



9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	-	-	55.510	54.151
Uso da faixa de domínio	-	-	28.675	20.369
Outras contas a receber (i) (ii)	123.173	12.415	136.623	18.027
	123.173	12.415	220.808	92.541
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (iii)	-	-	(26.231)	(8.708)
	123.173	12.415	194.577	83.833
Ativo circulante	123.173	-	194.577	71.372
Ativo não circulante	-	12.415	-	12.461

(i) O saldo a receber da Controladora em 31 de dezembro de 2017 refere-se substancialmente às receitas adicionais da alienação da Portonave (RS121.565). Em fevereiro de 2018 foram recebidos R\$53,6 milhões. Vide nota explicativa nº 1 v).

(ii) O saldo apresentado no comparativo (31 de dezembro de 2016) da Controladora refere-se ao contrato de cessão de crédito de AFAC realizado para a Egis (sócia da Triunfo na investida Aeroportos Brasil), que foi firmado em abril de 2016 para que a Egis integralizasse capital na investida. O valor cedido foi de R\$11,250, sendo atualizado a 100% do CDI. Em 09 de agosto de 2017, a Egis notificou a Companhia sobre o exercício de sua opção de venda com relação às ações integralizadas, que constavam como garantidoras neste contrato. A opção exercida implica na quitação deste crédito em contrapartida à transferência das ações subscritas pela Egis para a Triunfo. O investimento que a Triunfo detém em Aeroportos Brasil foi baixado em junho de 2017 (conforme nota explicativa nº 5, item v), e, portanto, a Companhia também registrou a baixa deste cessão de crédito.

(iii) A provisão para crédito de liquidação duvidosa refere-se a saldos de contas a receber das controladas Concer e Transbrasiliana relativos a uso de faixa de domínio (RS13.113), e à venda de licença ambiental obtida pela Concea e repassada ao Poder Concedente (RS13.118), que encontram-se vencidos há mais de 90 dias.

	31/12/17	31/12/16
A vencer	194.577	83.833
Vencidos há mais de 90 dias	26.231	8.708
	220.808	92.541

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/17	31/12/16
Saldo no início do exercício	(8.708)	(1.752)
Adições	(17.523)	(6.956)
Baixas	-	-
Saldo no final do exercício	(26.231)	(8.708)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. A provisão constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

10. Contas a receber - contratos de concessão

	31/12/17	31/12/16
Contas a receber de aditivos - Concea	20.164	38.012
	20.164	38.012

A controlada Concea recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a execução da quarta faixa da BR-290/RIS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra previa alargamento das pistas da BR-290/RIS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

Em 1º de abril de 2016, a Concea recebeu do Poder Concedente o montante parcial de R\$241.686, restando R\$38.012 a receber. De acordo com a nota técnica nº 099/2017 emitida pela ANTT após a revisão da Agência, o saldo repositivo a ser liquidado referente ao 13º aditivo é de R\$20.164. Caso não ocorra a liquidação financeira, o contrato aditivo prevê que o saldo restante a receber poderá ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

11. Impostos a recuperar

	31/12/17	31/12/16
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	369	1.047
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	205
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.905	3.551
Programa de Integração Social - PIS	1	80
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	1	391
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	2.746
Outros	7	2.367
	2.913	2.709
Parcela do circulante	2.913	2.709
Parcela do não circulante	-	1.488

A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

	31/12/17	31/12/16
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	54.068	44.893
Diferenças temporárias:		
Provisão para manutenção	59.514	39.050
Instrumentos financeiros derivativos	9.146	8.430
Provisão para contingências	5.976	4.444
Amortização de ativo	125	770
Lucros não realizados	-	7.217
Outras provisões temporárias	-	219
	74.761	60.129

IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)

	2018	2019	2020
	14.836	30.654	8.578
	-	-	54.068

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

	31/12/17	31/12/16
Reserva de reavaliação	53.640	71.140
Receita de construção - Aditivos	114.537	120.667
Custos financeiros capitalizados	14.068	13.754
Estorno de amortizações - ICPD 01	43.497	54.197
	225.742	259.758

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (RS15.448), Concea (RS25.691) e Transbrasiliana (RS12.929).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável e exercício a findar-se em:

(vi) Mútuo referente a captações da Vetría com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, mais um spread de 2% a.a., que corresponde ao custo de captação da Triunfo.

(vii) Mútuo referente a captações das BRVias Holding com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, acrescido do imposto de Operações Financeiras - IOF do período.

(viii) Mútuo referente a captações da Transbrasiliana com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, acrescido do imposto de Operações Financeiras - IOF do período.

(ix) Mútuo referente a captações da Concea com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do imposto de Operações Financeiras - IOF do período.

(x) Mútuo referente a captações da Concea com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do imposto de Operações Financeiras - IOF do período.

(xi) Mútuo referente a captações da Vessel com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do imposto de Operações Financeiras - IOF do período.

(xii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Concea, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do imposto de Operações Financeiras - IOF do período.

(xiii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Gauba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do imposto de Operações Financeiras - IOF do período.

(xiv) Contas a receber da Juno referente à venda das cotas do FIP Constantino para a controlada.

(xv) Contas a pagar à Portonave referentes a processo judicial em nome da investida em que a Companhia será responsável pelo desembolso financeiro. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo encontra-se na rubrica de Outros Débitos, pois a Portonave não se classifica mais como Partes Relacionadas devido a sua alienação em outubro de 2017.

(xvi) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, acrescido do imposto de Operações Financeiras - IOF do período.

(xvii) Refere-se à debênture emitida pela controlada Vênus, que foi repassada à Triunfo com as mesmas taxas e condições estabelecidas na Escritura original (vide detalhes na nota explicativa nº 20 - Debêntures).

(xviii) Mútuo referente a captações da Concer com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, mais um spread de 7% a.a., acrescido do imposto de Operações Financeiras - IOF do período.

(xix) Contas a receber das controladas que incluem, além de reembolsos de despesas, créditos de IRPJ e CSLL diferidos sobre a prestação fiscal e base negativa de contribuição social da Triunfo, cedidos às controladas para fins de abatemento de débitos tributários nos programas de parcelamentos (PRT e PERT). Vide nota explicativa nº 12 c).

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Portonave	-	-	28.833	-	-	-
TPI Log	-	-	1.208	-	-	-
Tijó	-	-	93	-	-	-

Prestação de serviço:

	31/12/2017	31/12/2016
CTSA (Concea) (i)	10.919	-
Compasa (Econorte) (ii)	-	673
Consórcio NSS (Concer) (i)	30.124	-
CTSA (Transbrasiliana) (i)	1.852	3.984

Mútuos financeiros:

	31/12/2017	31/12/2016
Portonave (vi)	(50)	522
Outros:		
Portonave (ix)	-	12.773
THP - Prejuízo fiscal	15.327	-
Outros	3.016	55
Total do circulante	61.238	(50)

Mútuos financeiros:

	31/12/2017	31/12/2016
Vetorial (ii)	4	



19. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Consolidado		Tipo de empréstimos	Garantias	Consolidado	
		Indexador	31/12/17			31/12/16	Indexador
Triunfo (controladora):							
Financiamento - FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	-	4.840			
Carta de fiança bancária	TJLP + 5%a.a	-	-	12.476			
Finança Bancária FINEP - FIBRA	Carta de fiança bancária	8% a.a	495	-			
Finança Bancária FINEP - ABC	Carta de fiança bancária	CDI+2% a.a	623	-			
Conta garantida - Santander	130% do CDI	Não há	-	2.235			
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	Não há	CDI + 7,4424% a.a.	30.944	28.325			
Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil	Coobrigações THP	140% do CDI	-	19.923			
Cédula de crédito bancário - Trophy RFP	Coobrigações THP	140% do CDI	22.827	-			
Finança Bancária FINEP - China Construction Bank	Não há	CDI+8% a.a.	2.568	-			
Finança Bancária FINEP - Santander	Não há	CDI+1% a.a.	12.280	-			
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Alienação Fiduciária de Ações	CDI+3% a.a.	47.024	-			
Cédula de crédito bancário - ABC	Alienação Fiduciária de Ações	CDI+5,8% a.a.	14.308	-			
Concepra:							
Cédula de crédito bancário - Aval da Companhia + cessão de recebíveis	CDI + 5,536% a.a.	-	27.745	-			
Banco Original	130% do CDI	-	16.277	-			
Cédula de crédito bancário - Santander	Aval da Companhia e Rio Gualba + cessão de recebíveis	CDI + 5,75% a.a.	-	31.205			
Cédula de crédito bancário - BBM Concer:	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	1.032	1.832			
Financiamento do imóvelizado - FINEP	CDI + 7,4424% a.a.	-	-	-			
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara	Aval Pessoas Físicas	a.a.	8.669	7.816			
FinAME - Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados	6% a.a.	491	1.018			
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara	Alienação fiduciária e fiança	CDI + 7,50% a.a.	-	138			
FinAME - Banco Mercedes	Alienação fiduciária dos bens financiados	4% a.a.	1.153	2.082			
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo) e Aval da Companhia (Triunfo) e	CDI + 6,5% a.a.	8.027	6.992			
FinAME - Banco ABC do Brasil	Carta fiança	CDI + 4,9% a.a.	-	209			
Crédito Bacário - Banco ABC	Não há	TJLP + 4,25% a.a.	39.521	37.535			
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	Aval da Companhia (Triunfo) e Fiança da Companhia (Triunfo) e	CDI + 7,0% a.a.	55.344	48.356			
Empréstimo Ponte - BNDES Ações	CDI + 8,3% a.a.	-	203.044	193.487			
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo	Aval da Companhia (Triunfo)	8,89% a.a.	13.298	12.282			
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	Aval da Companhia (Triunfo)	24,60% a.a.	9.345	8.355			
Arrendamento Mercantil	Financiados	-	-	20			
Conta garantida - Santander	Não há	132,5% do CDI.	15.000	1.200			
Vessel (extinta):	Alienação fiduciária e Aval da Companhia	14,98% a.a.	-	132			
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária e Aval da Companhia	7,5% a.a.	-	4.651			
FinAME - BNDES Concebra:	Fiança da Companhia e fiança bancária	TJLP + 2% a.a.	773.773	824.990			
Empréstimo Ponte - BNDES	Aval da Companhia + recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	24.456	30.622			
Cédula de crédito bancário - BDMG	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	53.963	-			
Empréstimo Ponte - BDMG	Alienação fiduciária dos bens financiados	14,98% a.a.	80	592			
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	7,5% a.a.	2.653	-			
FinAME - BNDES (Vessel)	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	89.889	-			
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	Não há	12,8% a.a.	15	53			
Cartão BNDES - Banco Bradesco	Alienação fiduciária e Aval da Companhia	7,2% a.a. a 11,7% a.a.	-	47			
FinAME - Banco Santander	Alienação fiduciária dos bens financiados	18,02% a.a.	7	41			
CDC - Banco Safra	Aval da Companhia	14,44% a.a.	-	4			
CD - Banco Volvo							
Maestra:							
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 5,8% a.a.	-	13.128			
NTL:	Carta fiança e Aval da Companhia	TJLP +4,16% a.a.	-	12.335			

20. Debêntures

Emissão	Debêntures Emitidas	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor Líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros a.a.	Saldos em
31/12/2016	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
31	31	31	31	31	31	31	31	31	31
Vessel-log / Triunfo (ii)	145.000	21/09/2017	Setembro/2017	145.000	(3.188)	141.812	IPCA + 3,20%	166.732	212.617
Concer (iii)	200	12/07/2013	Junho/2018	200.000	(8.750)	191.250	IPCA + 3,85%	132.653	167.092
BRVias Holding TBR (iv)	44.000	22/12/2010	Dezembro/2021	44.000	-	44.000	IGPM + 12%	69.424	73.329
Vênus (v)	699.331	23/11/2016	Janeiro/2021	647.300	(7.355)	639.945	13,5% a 15,5%	19.775	678.461
				1.282.300	(25.728)	1.256.572		432.068	1.169.658

(i) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica com garantias adicionais reais e fiduciárias. Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (Swap), vinculados a essa emissão (vide nota explicativa 26c), e para melhor apresentar o efeito dessa operação nas informações trimestrais foi aplicado Hedge Accounting, representando ajustes a valor justo no saldo de debêntures a pagar. Os gastos com emissão, apresentados como reduções do saldo devedor, representam o montante de R\$3.360 (R\$4.800 em 31 de dezembro de 2016), e o ajuste a valor justo, também apresentado compondo o saldo devedor, representa o montante de R\$1.750 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.130 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica com garantias adicionais reais e fiduciárias, em 4 séries. Após a extinção da Vessel, emissora original das debêntures, a Companhia assumiu os passivos anteriormente atribuídos à investida, mantendo vigentes todos os termos e condições iniciais. As debêntures encontram-se vencidas, porém esta dívida está inserida no Plano de Recuperação Extrajudicial solicitado pela Companhia.

(iii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fiduciária. Os gastos de emissão são apresentados como reduções do saldo devedor e representam os montantes de R\$2.213 e R\$3.950 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Não houve pagamento das notas promissórias da Concer em janeiro de 2017. O balanço patrimonial antecipado das debêntures da controlada, A Concer, assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 44 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.

(iv) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com amortizações anuais desde dezembro de 2012.

(v) Debêntures privadas conversíveis em ações, com remuneração de 13,5% a 15,5% a.a. durante o período, incluindo ainda variação cambial e prêmio a ser pago no vencimento. O saldo desta debênture está registrado a Fair Value Option devido às opções de câmbio e do prêmio, vide maiores detalhes dos derivativos na nota explicativa nº 29. A emissão possuía como garantia a alienação fiduciária de ações da Portonave e, portanto, devido à alienação do ativo, a 1ª série das debêntures foi totalmente resgatada em 26 de outubro de 2017 (vide nota explicativa nº 18ii). Os gastos de emissão estavam apresentados como reduções do saldo devedor e representavam o montante de R\$7.061 em 31 de dezembro de 2016.

21. Notas Promissórias

Emissão	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Taxa de Juros	31/12/2017	31/12/2016
Concer (i)	18/01/2016	12/01/2017	210.000	CDI + 2,00%	171.680	216.992

Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040. Em 16 de janeiro de 2017 foi declarado o vencimento das Notas Promissórias da Concer. A Companhia assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 44 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.

22. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	3.460	511	8.801	11.606
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	11	-	3.494	3.824
Imposto de Renda Retido na Fonte	137	614	7.852	39.229
Cofins	2	100	1.686	7.172
PIS	1	-	2.430	9.399
INSS	-	-	29.628	31.993
Imposto Sobre Serviços	534	633	544	2.160
Imposto sobre Operações Financeiras	112	-	610	9.007
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	-	-	-	-
ICMS	-	-	5.311	-
Programa de Regularização Tributária - PRT	-	-	54.855	-
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	125	6.818	7.193
Outros impostos e contribuições	6.710	1.984	126.833	133.791
	6.710	1.984	119.043	106.867
Parcela do circulante	-	-	7.792	26.924

23. Provisão para demandas judiciais e administrativas

As movimentações e os saldos das provisões estão detalhadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/17
Processos civis	2.506	5.463
Processos tributários	381	1.702
Processos trabalhistas	2.020	3.214
Total provisões	4.907	10.379

24. Patrimônio líquido

a) Capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. Conforme o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 31 de dezembro de 2017 já foram emitidas 92.575.734 novas ações.

b) Ações em tesouraria. Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto das ações da Companhia no Mercado. O programa inicial tinha prazo de 365 dias e foi aprovado novamente em 22 de março de 2016, estendendo seu prazo por mais 18 meses. Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do programa de recompra de ações, com prazo até março de 2019. Poderão ser adquiridas até 4.708.827 ações ordinárias, dentro do limite de 5% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do programa, para realizar a aquisição das ações. Até 31 de dezembro de 2017 foram recompradas 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

c) Reserva de reavaliação. A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido. A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realizações dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados. A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica "Lucros acumulados" integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

d) Ajuste de avaliação patrimonial. Foi realizado em conjunto Portonave efetuou ajuste ao custo atribuído, de acordo com IPC 10 e CPC 37. O valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e são realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens. No exercício de 2017, além da realização reflexa do ajuste ao custo atribuído do período, foi realizado o montante de R\$235.835, em decorrência da alienação do investimento em outubro de 2017.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

	31/12/2016	31/12/2017 (Reapresentado)
Numerador	(6.636)	(318.608)
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(6.636)	(318.608)
Denominador	173.506.600	173.653.857
Média ponderada de ações ordinárias em circulação - básico	2.000.000	2.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do período - diluído	(2.000.000)	(2.000.000)
Média ponderada das ações que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado - diluído	(0,03825)	(1,83473)
Resultado por ação - básico	(0,03825)	(1,83473)
Resultado por ação - diluído	(0,01138)	(0,92675)
Resultado por ação - básico e diluído das operações continuadas	(0,02686)	(0,90798)
Resultado por ação - básico e diluído das operações descontinuadas	(0,02686)	(0,90798)
Em exercícios anteriores, o Conselho de Administração aprovou outorgas de opção de compra de 2.000.000 ações da Companhia para executivos e empregados. Estas opções não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2017, tendo em vista que o preço do exercício das opções sobre ações é superior à média do preço de mercado do período. As despesas referentes às opções de compra de ações foram totalmente reconhecidas em exercícios anteriores.		

f) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

	31/12/2016	31/12/2017
Lucro (Prejuízo) líquido	(6.636)	(318.608)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	20.241	18.104
(-) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	256.546	25.438
Lucro (Prejuízo) Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	270.151	(275.066)
Reserva legal (5% do lucro líquido)	270.151	(275.066)
Base de cálculo de dividendos	202.613	(202.613)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (i)	(67.538)	-
Saldo à disposição dos acionistas	202.613	(202.613)

o) O valor apurado é equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado, conforme prevê o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, bem como previsto no Estatuto Social da Companhia. No entanto, a Administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral Ordinária a deliberação quanto a distribuição de valor inferior ao mínimo obrigatório, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

p) O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$113.262, composto também pelo montante de R\$45.724 que contempla os dividendos do exercício social de 31 de dezembro de 2015, pagos em fevereiro de 2018, vide nota explicativa nº 33 vii).

g) Reserva legal. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

h) Participação de acionistas não controladores. O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia. As transações de não controladores são basicamente relacionadas ao resultado de equivalência e aos aportes de capital efetuados pelos acionistas minoritários nas investidas.

25. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	1.290.580	1.270.290
Construção de ativos das concessões de rodovia	282.540	370.821
Outros	33.412	18.401
	1.606.532	1.659.512
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(113.791)	(112.281)
Receita de pedágio.	1.492.741	1.547.231

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Reconhecimento de receita e margem de construção.

Garantias

Tipo de empréstimos	Garantias	Consolidado		
		Indexador	31/12/17	31/12/16
Transbrasiliana:				
Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão / Penhor das ações	TJLP + 2,91% a.a.	170.365	186.269	
Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP + 2,5% a.a.	-	6	
Alienação fiduciária dos bens financiados	CDI + 5,8% a.a.	16.967	25.167	
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	16,77% a.a.	187	616	
Alienação fiduciária dos bens financiados	11,26% a.a.	390	1.094	
Arrendamento Mercantil - HP Financial	26,1% a.a.	167	-	
Arrendamento Mercantil - Banco Volkswagen S.A.	26,1% a.a.	167	-	
Ações Tijoá e Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 7,0% a.a.	15.444	82.888	
Alienação fiduciária dos bens financiados	16,71% a.a.	210	-	
Alienação fiduciária dos bens financiados	27,78% a.a.	69	-	
Parcela do circulante		1.634.628	1.646.983	
Parcela do não circulante		2.116.374	1.421.838	
		418.254	225.145	

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31/12/2017 está assim distribuído:

	Controladora	Consolidado
2019	48.433	277.900
2020	-	27.067
2021	-	30.056
2022	-	27.321
A partir de 2023	48.433	55.910
	48.433	418.254

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.</

TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

31. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/me-lhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) **Concer**.
A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia (PER) prevê investimentos anuais remanescentes, conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2018	18.564
2019 a 2021	45.580
	64.144

Os valores apresentados encontram-se a preço original de abril de 1995 e são atualizados com o índice de reajuste da tarifa, estando em vigor o índice de 4,71016 aprovado em 2016.

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

• Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

Receita de construção	31/12/17	31/12/16
Custo de construção	85.898	85.898
	(90.609)	(60.415)
	2.018	25.483
	-	-

A margem apresentada no reconhecimento de receita de construção da Concer é referente ao 12º aditivo do contrato de concessão, conforme apresentado na nota explicativa nº 10.

b) **Concepa**.

Até 31 de dezembro de 2017 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A Companhia contratou de parte relacionada o aluguel de sua sede. O contrato tem vigência de um ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustáveis pelo IGPIM e não há restrições à Companhia ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar a partir de 31 de dezembro de 2017, considerando que a Companhia espera renovar seu aluguel até o final do novo período de concessão totalizam o valor de R\$270.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

Receita de construção	31/12/17	31/12/16
Custo de construção	37.425	19.735
	(37.425)	(19.735)
	-	-

c) **Econorte**.

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Conforme a deliberação, o Programa de Exploração da Rodovia - PER, passou a prever investimentos no montante de R\$ 407.685. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Ano	Valor
2018	44.586
2019	31.256
2020	21.764
2021	310.079
	407.685

Adicionalmente, a Econorte assumiu o seguinte compromisso decorrente da concessão:

• Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

Receita de construção	31/12/17	31/12/16
Custo de construção	44.718	27.329
	(44.718)	(27.329)
	-	-

d) **Concebra**.

A Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre

Aos Administradores e Acionistas da **TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a continuidade das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária JUIZ de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. e Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., denominadas em conjunto “controladas concessionárias”, dependem de aportes de capital próprio e/ou de terceiros para honrar com as dívidas vencidas nas controladas concessionárias até 31 de dezembro de 2017 e com as dívidas a vencer nos próximos 12 meses. As ações da Administração para continuidade operacional da Companhia e suas controladas estão descritas na Nota Explicativa nº 1 e preveem alienação de ativos e execução dos Planos de Recuperação Extrajudicial, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1, 19 e 33. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levar à dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas concessionárias. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfases

Recuperação Extrajudicial

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nos 1viii), 19 e 33 às demonstrações financeiras, que indica que, em 22 de julho de 2017, a Companhia, ajuizou pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos”), em conjunto com suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária JUIZ de Fora - Rio S.A. - CONCER, Companhia de Maestra Serviços de Engenharia S.A., NTL - Navegação e Logística S.A., Dable Participações Ltda. e Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. (em conjunto “Recuperandas”), nos termos da Lei nº 11.101/05, o que foi deferido pelo JUIZ da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo em 25 de julho de 2017, conforme descrito nas referidas notas explicativas. Os Planos foram homologados pelo JUIZ da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no dia 9 de fevereiro de 2018, nas condições descritas na Nota Explicativa no 33ii). Os possíveis efeitos sobre as operações das Recuperandas, caso haja, dependem de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, tais como o próprio resultado da execução dos Planos nos moldes planejados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Continuidade operacional da controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5v) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 28 de julho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instalação de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Como consequência, o investimento na controlada direta em conjunto Aeroportos Brasil S.A. foi integralmente baixado no resultado do exercício, visto que não será mais recuperado através das operações futuras da investida, e dada a incerteza na mensuração do eventual valor indenizável. O efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 advindo pela baixa do investimento e aportes realizados é de R\$404.289 mil. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Continuidade operacional da controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1v) às demonstrações financeiras, a controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa encerrará suas operações em 4 de julho de 2018, em razão da conclusão da extensão do prazo de concessão. As demonstrações financeiras da investida foram preparadas no pressuposto do encerramento do contrato de concessão. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Investigação Interna

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 33 v) e viii) às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigações internas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre os mandados de busca e apreensão, cumprido pela Polícia Federal, na sede da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda., ocorrido em 22 de fevereiro de 2018. As ações para a investigação pelo Comitê Independente ainda se encontram em fase preliminar e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou suas controladas decorrentes deste processo de investigação interno, bem como pelas autoridades públicas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Representação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência da reclassificação dos resultados das controladas Maestra – Serviços de Engenharia S.A., Vessel-Log Serviços de Engenharia S.A. e NTL – Serviços de Engenharia S.A., para resultados com operações descontinuadas, conforme requerido pelo CPC31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5) em função da extinção destas entidades no exercício de 2017, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos a responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas” incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria inclui a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Impairment de ativos intangíveis - Concessão de rodovias

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, em 31 de dezembro de 2017 os ativos intangíveis de concessão de rodovias totalizam R\$ 3.531.853, cujo valor recuperável é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação é a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança, para cada unidade geradora de caixa.

Considerando o segmento de operação das suas investidas, em que é necessária a análise de premissas de longo prazo que suportem as projeções para o período do contrato de concessão, as quais são diretamente afetadas pelo cenário econômico e político do Brasil, bem como premissas sobre a rentabilidade futura que são complexas e envolvem alto nível de julgamento da Administração, entendemos que este é um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria contaram com a assistência de especialistas e incluíram: (i) avaliação da metodologia de *impairment* utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1), (ii) confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível; (iii) confronto dos fluxos de caixa projetados com o realizado em anos anteriores; (iii) comparação com fontes externas de mercado, incluindo taxas de crescimento e custo de capital de outras empresas do setor; (iv) avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos intangíveis de concessão de rodovias, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos intangíveis de concessão de rodovias adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões
A mensuração do ativo intangível de concessão é afetada por elementos subjetivos, devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de despesas no ativo intangível de concessões como área significativa de auditoria. As divulgações deste item estão incluídas na Nota Explicativa nº 17 das demonstrações financeiras.

outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

Ano	Valor
2018	907.831
2019	1.006.546
2020	406.434
2021 até 2044	5.416.198
	7.737.009

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

Receita de construção	31/12/17	31/12/16
Custo de construção	93.050	200.043
	(90.629)	(194.976)
	2.358	5.067

e) **Transbrasiliana**.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

Ano	Valor
2018	75.023
2019	12.157
2020	40.716
2021	10.892
2022	28.023
2023 até 2032	184.076
	350.887

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

Receita de construção	31/12/17	31/12/16
Custo de construção	16.738	37.816
	(16.738)	(37.816)
	-	-

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

32. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas. As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$1.698 (R\$7.524 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.962 (R\$8.465 no consolidado) respectivamente.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$1.481 (R\$5.946 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.847 (R\$6.483 no consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de dezembro de 2017 é de 1.005 participantes (1.238 participantes em 31 de dezembro de 2016).

33. Eventos subsequentes

i) **Ressarcimento Seguradoras - Outorga Fixa de Viracopos**.

No dia 9 de janeiro de 2018 a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. pagou o valor de R\$120,2 milhões para as seguradoras Swiss Re Corporate Solutions Brasil S.A e Austral Seguradora S.A.

Essa foi a última parcela do acordo para ressarcimento às seguradoras do valor pago por elas à ANAC em agosto de 2017, referente à outorga fixa de 2016.

ii) **Homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial**.

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras e de sua subsidiária Companhia de Concessão Rodoviária JUIZ de Fora - Rio (“Concer”), conforme sentença proferida pelo JUIZ da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018..

Na referida sentença, foram indeferidas as impugnações complementares apresentadas por alguns credores, tendo sido reconhecido, ainda, que o pagamento dos dividendos referentes ao exercício social de 2015 não contrariaria os Planos de Recuperação Extrajudicial.

As homologações consistem no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos tornam-se vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos Planos.

Parer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras e a Destinação do Resultado do exercício, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31/12/2017, da Controladora e Consolidado.

Nossos exames foram complementados, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação das políticas de capitalização de ativo intangível das concessões, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obra; (ii) testes sobre uma amostra de adições ao ativo intangível de concessões, incluindo análises com a área de engenharia; (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e às normas contábeis vigentes; e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos referidos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas investidas realizam transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As divulgações deste item estão incluídas na Nota Explicativa nº 13 das demonstrações financeiras.

Avaliamos as transações com partes relacionadas um dos principais assuntos de auditoria considerando a possibilidade de que ocorram transações que não estejam acordados ou registradas por valores adequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas com partes relacionadas durante o exercício de 2017; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações com partes relacionadas mais relevantes, incluindo a inspeção de contratos, revisão dos controles e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações com partes relacionadas pelo Conselho de Administração de acordo com a política da Companhia; e (iv) realização de procedimentos de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas na nota explicativa acima mencionada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsáveis do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam os executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 201